



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Ética, Direitos Humanos e Serviço Social

**Sub-eixo: Ética, Direitos Humanos e enfrentamento das expressões
cotidianas da alienação e da barbárie**

**PASSADO ROUBADO, FUTURO VENDIDO: REFLEXÕES SOBRE RACISMO,
IDENTIDADE(S), JUVENTUDE(S) E LUTA CONTRA O JUVENICÍDIO**

ANDREA PIRES ROCHA¹

RESUMO

A pesquisa “Juventude(s), identidades e vivências juvenis: miradas Sul-Sul a partir de Angola, Brasil e Moçambique”, estuda as condições e a construção das identidades a partir das vivências de jovens angolanos, brasileiros e moçambicanos. Trazemos elementos que a fundamentam, refletindo sobre o resgate da identidade roubada para fortalecer o protagonismo juvenil na luta contra o juvenicídio.

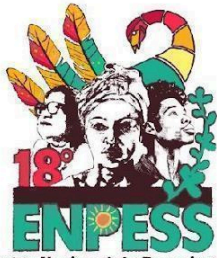
palavras-chave: Juventude; Identidade; África; Relação Sul-Sul; Racismo;

RESUMEN

La Investigación “Jóvenes, identidades y experiencias juveniles: perspectivas Sur-Sur desde Angola, Brasil Moçambique”, tiene como objetivo las condiciones de la y la construcción de identidades a partir de las experiencias de jóvenes angoleños, brasileños y mozambiqueños. En este artículo traemos elementos que lo sustentan, reflexionando sobre la identidad robada que puede ser rescatada por el protagonismo juvenil.

palabras clave: Juventud; Identidad; África; relación Sur Sur; Racismo;

¹ Universidade Estadual de Londrina



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

INTRODUÇÃO

Na face do velho
as rugas são letras,
palavras escritas na carne,
alfabetário do viver.

Na face do jovem
o frescor da pele
e o brilho dos olhos
são dúvidas.

[...]
(Conceição Evaristo)

Se as rugas são letras e o brilho dos olhos são dúvidas, é preciso que observemos o movimento histórico que envolve velho e novo tempo, substituindo falas silenciadas por palavras que libertam. Por isso, o poema de Conceição Evaristo continua nos trazendo pistas, pois

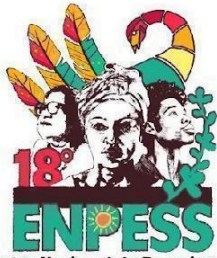
[...]
Nas mãos entrelaçadas
de ambos,
o velho tempo
funde-se ao novo,
e as falas silenciadas
explodem.

O que os livros escondem,
as palavras ditas libertam.
E não há quem ponha
um ponto final na história
Infinitas são as personagens...

[...]
Nos olhos do jovem
também o brilho de muitas histórias.
e não há quem ponha
um ponto final no rap
É preciso eternizar as palavras
da liberdade ainda e agora...

(Conceição Evaristo, 2022)

Ninguém põe um ponto final na história, pois somos sujeitos históricos e sociais, por isso, a conexão entre gerações permite o acesso a resistências encobertas e desvalorizadas pelo racismo em nome da manutenção das relações capitalistas. O projeto de Pesquisa “Juventude(s), identidades e vivências juvenis: miradas Sul-Sul a partir de Angola, Brasil e Moçambique”, tem como objetivo conhecer as particularidades e singularidades das condições



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

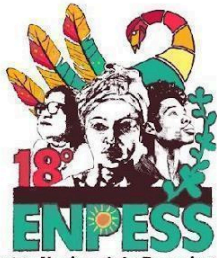
juvenis e construção das identidades a partir das vivências de jovens angolanos, brasileiros e moçambicanos. A proposta investigativa decorre dos resultados da Pesquisa “Sistemas de Proteção dos Direitos Humanos e Sociais voltados à infância e juventude em Angola, Brasil, Moçambique e Portugal”, pois para além dos achados em relação ao objeto de estudo, o processo envolveu pesquisadores/as dos países, possibilitando que constatássemos o quanto as identidades e influências da África no Brasil persistem até os dias atuais. Resistência essa que ganha mais valor ainda quando a situamos no contexto de imposição de um projeto colonial, racista e genocida. As observações comprovaram as reflexões de Abdias do Nascimento (2016, p. 78) sobre a importância da identidade, pois ao levantar os elementos que compõem o genocídio do negro aponta que há uma construção negativa sobre a identidade negra, o que se torna

instrumento de controle social e ideológico: o que deveria ser o espelho de nossas relações de raça se torna apenas um travesti² de realidade. E as informações que os negros poderiam utilizar em busca de dignidade, identidade, e justiça, lhes são songadas pelos detentores do poder.

Tais constatações nos levam ao anseio de aprofundarmos o conhecimento sobre condições juvenis e construção das identidades passíveis de fortalecer os aspectos coletivos das vivências dos jovens. Há ainda que se considerar como tem se dado a imposição das identidades promovidas pela indústria cultural e mercadológica assentada no fetiche da mercadoria próprio da lógica capitalista. Elementos agravados no contexto pós Segunda Guerra, em que o conceito de juventude se desenha em resposta a necessidades do capital e, no bojo deste modo de produção, se reinventa em nome do consumismo e do lucro. (Groppo, 2017; Zorzi, Kieling, Wieishemer, Fachinetto, 2013; Savage, 2009).

Por isso, o artigo em questão, traz elementos que justificam a importância da pesquisa, abordando a questão da(s) identidade(s) que nos foram roubadas pelo projeto colonial, racista e genocida, que prejudica até hoje a formação infantil e a percepção dos jovens negros no mundo que, via de regra, tem sua personalidade e autoestima forjada pelo descrédito racista. Para o recorte reflexivo optamos por tecer reflexões sobre identidade, demonstrando a importância de se resgatar a identidade roubada como possibilidade para o fortalecimento do protagonismo juvenil na práxis antirracista e de luta dos jovens contra os elementos que vendem seu futuro, dentre eles, o juvenicídio.

² A primeira edição da obra foi escrita em 1979, portanto a expressão travesti é utilizada pelo autor no sentido de se vestir, fantasiar, sem nenhuma conotação transfóbica



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Desta forma, recorremos a filosofia Sankofa, entendida como a metáfora do próprio método materialista histórico e dialético, pois precisamos seguir em frente, olhando para trás. Não há projeto de futuro sem história, por isso é essencial nos inspirarmos nas lutas coletivas que desde o contexto colonial tem questionado o *status* do poder e da violência, à exemplo da luta indígena e dos movimentos quilombolas (Moura, 2016). Na sociedade contemporânea os movimentos sociais, sejam organizados ou espontâneos, são essenciais para impulsionar mudanças através da luta e do envolvimento popular (Gohn, 1997). E é neste lugar que situamos a luta antirracista como antídoto para a monta de violências que os jovens têm sofrido ao longo da história do Brasil.

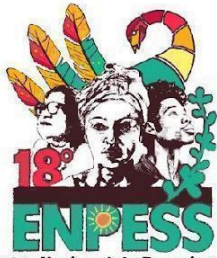
2. IDENTIDADE NÃO É TUDO, MAS TAMBÉM NÃO É NADA

Mas mano, sem identidade somos objeto da História
Que endeusa "herói" e forja, esconde os retos na
história
Apropriação a eras, desses 'tá na repleto na história
Mas nem por isso que eu defeco na escória
Pensa que eu num vi?
Eu senti a herança de Sundi
Ata, não morro incomum e
Pra variar, herdeiro de Zumbi
Segura o boom, fi
É um e dois e três e quatro, não importa
Já que querem eu cego eu 'to pra ver um daqui
sucumbir (não)
(Emicida)

Aqui abordaremos verso e reverso. Tentaremos mostrar que identidade não é tudo, mas também não é nada. Problematizamos o esforço violento do colonialismo em dizimá-la e trazer para si a construção de uma falsa identidade nacional, imponto, portanto, o embranquecimento e a fragmentação. Então, na lógica do reverso, apontamos a importância de resgatarmos o que nos foi roubado, construindo uma identidade assentada na *amefricanidade*, como indica Lélia Gonzales, possível motor para lutas coletivas.

2.1 Identidades roubadas: estratégia do racismo

As marcas deletérias do racismo e da colonialidade compõem a lógica da modernidade, que na realidade se materializou como o projeto expansionista europeu demarcado por “uma autoridade totalmente despótica – uma espécie de poder que apenas se exerce para além das suas fronteiras e sobre pessoas com as quais se julga nada haver em comum [...]” (Mbembe,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

2014, p. 101). Modernidade assentada no pensamento liberal cristalizando a ideia de um suposto universalismo dos seres humanos, centrado na propriedade privada e na ideia formal de liberdade, ao mesmo tempo em que se sustenta a partir do racismo e do patriarcado. Por isso, para Fanon (1979, p. 30)

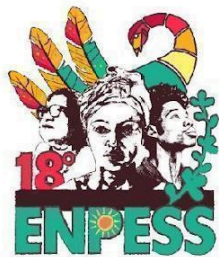
Desmanchar o mundo colonial não significa que depois da abolição das fronteiras se vão abrir vias de passagem entre as duas zonas. Destruir o mundo colonial é, nem mais nem menos, abolir uma zona, enterrá-la profundamente no solo ou expulsá-la do território.

A partir dessas percepções é possível afirmarmos que a concepção hegemônica acerca dos Direitos Humanos se assenta em uma lógica hipócrita, a qual Marx (2010) nos ajuda interpretar ao revelar as contradições burguesas, pois aos cidadãos fica garantida a liberdade política, mas ao homem, em seu sentido genérico, o direito a liberdade se equivale ao direito à propriedade privada. Porém, temos insistido que nesta dinâmica alguns corpos eram categorizados como inumanos, coisas expropriadas de sua liberdade, pessoas que não eram vistas como cidadãs, tão pouco genericamente como humanas (Rocha, 2020b; 2021a;b). Ou seja, o humanismo burguês conviveu perversamente com o colonialismo e a escravidão e, atualmente, convive com a expropriação capitalista e a manutenção do racismo estrutural em todas as esferas sociais (Rocha, 2021b).

Para avançarmos nessas reflexões se faz importante a compreensão acerca da colonialidade, entendida como uma categoria que traduz a perpetuação dos valores colonialistas, do racismo e do patriarcado, no modo de produção capitalista (Grosfoguel, 2019; Quijano, 2015). Para Grosfoguel (2019, p. 59), o conceito de colonialidade “estabelece que o racismo é um princípio organizador ou uma lógica estruturante de todas as configurações sociais e relações de dominação da modernidade”.

A feminista nigeriana Oyeronke Oyěwùmí (2021), por sua vez, explica o patriarcado como uma particularidade da organização social do ocidente assentada na diferenciação dos corpos masculinos e femininos, elemento este que cria a mulher como uma “categoria identificável, definida por sua anatomia e subordinada aos homens em todas as situações” (2021, p.189). Ou seja, o Estado colonial, além de ser racista, é patriarcal. Desta forma,

A imposição do sistema de Estado europeu, com suas máquinas legais e burocráticas, é o legado mais duradouro do domínio colonial europeu na África. O sistema internacional de Estado-Nação como o conhecemos hoje é um tributo à expansão das tradições europeias de governança e organização econômica. (Oyěwùmí, 2021, p. 188)



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

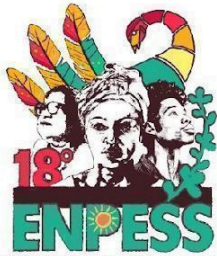
Assim constatamos que a imposição de uma identidade homogênea foi influenciada, em nosso caso, pela forma com a qual a colonização portuguesa impetrou prioridades e violências, ou seja, sob a égide do racismo, houve uma tentativa de se apagar a diversidade cultural e identitária. Como sabemos, a independência do Brasil tem particularidades muito específicas, ocorridas no início do século XIX a partir de elementos que vinculavam a própria monarquia portuguesa. As marcas mais visíveis estão nos resquícios da escravidão e do racismo estrutural que a subsidiou, considerando que a desigualdade racial é elemento persistente nas relações sociais brasileiras. Foi, portanto, a partir dessa estruturação social que se forjou a construção de supostas identidades nacionais,

A formação de uma cultura nacional contribuiu para criar padrões de alfabetização universais, generalizou uma única língua vernacular como o meio dominante de comunicação em toda a nação, criou uma cultura homogênea e manteve instituições culturais nacionais, como por exemplo, um sistema educacional nacional. Dessa e de outras formas, a cultura nacional se tornou uma característica chave da industrialização e um dispositivo da modernidade. (Hall, 2020, p. 30)

Desta forma, a identidade nacional é imposta subjugando e subalternizando alguns e reforçando o poder de outros. Ocorre, portanto, a priorização de elementos culturais de um grupo, aquele dominante, sobre a cultura dos grupos colocados em condição de subalternidade. Sobre isso, Hall (2020, p. 35) aponta que, “não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural”, construindo a ilusão de que todos pertencem a uma grande família nacional, tornando-se uma estrutura de poder cultural. Segundo Chauí (2001, p. 6) a imposição do mito fundador

[...] oferece um repertório inicial de representações da realidade e, em cada momento da formação histórica, esses elementos são reorganizados tanto do ponto de vista de sua hierarquia interna (isto é, qual o elemento principal que comanda os outros) como da ampliação de seu sentido (isto é, novos elementos vêm se acrescentar ao significado primitivo). Assim, as ideologias, que necessariamente acompanham o movimento histórico da formação, alimenta-se das representações produzidas pela fundação, atualizando-as para adequá-las à nova quadra histórica. É exatamente por isso que, sob novas roupagens, o mito pode repetir-se indefinidamente.

Essa reflexão nos ajuda a observar o quanto a questão da identidade indígena e negra foi brutalmente violentada pelo colonialismo português na América do Sul e na África. Dentre inúmeras elaborações ideológicas capazes de serem readequadas ao longo da história do Brasil, a autora destaca componentes construídos nos séculos XVI e XVII, os quais se mostram a partir



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

de três operações divinas que “respondem pelo Brasil: a obra de Deus, isto é, a Natureza, a palavra de Deus, isto é, a história, e a vontade de Deus, isto é, o Estado” (Chauí, 2001, p. 36).

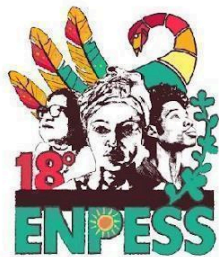
Em meio dessas elucubrações buscou-se argumentos que justificavam a lógica racista e genocida, assentados na natureza que em tese explicaria uma indisposição dos indígenas para as lavouras e a afeição dos negros para este trabalho. Portanto, “a naturalização da escravidão africana [...], evidentemente, ocultava o principal, isto é, que o tráfico negreiro abria um novo e importante setor do comércio colonial” (Chauí, 2001, p. 40). Desta forma, é fácil constatar que o apagamento de identidades sempre teve como objetivo fortalecer a lógica colonial e racista.

2.2 Identidades resgatadas: estratégia do antirracismo

No Brasil, o projeto genocida que atingiu os indígenas e as populações africanas sequestradas e escravizadas, deixou expressões da violência que persistiram mesmo no contexto pós-abolição, terreno no qual ocorre a consolidação do modo de produção capitalista periférico e dependente (Moura, 2019). Ao tecer reflexões sobre o genocídio do negro brasileiro, Abdias do Nascimento (2016) explica que para além da coisificação, violência e morte, se materializou a partir do embranquecimento dos corpos e da cultura, segundo ele “não é exagero afirmar-se que desde o início da colonização, as culturas africanas, chegadas nos navios negreiros, foram mantidas num verdadeiro estado de sítio” (Nascimento, 2016, p. 123). Lélia Gonzáles também nos auxilia nessas reflexões, ao enfatizar que,

[...] a afirmação de que todos são iguais perante a lei assume um caráter nitidamente formalista em nossas sociedades. O racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento. Veiculada pelos meios de comunicação de massa e pelos aparelhos ideológicos tradicionais, ela reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores do Ocidente branco são os únicos verdadeiros e universais. Uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca demonstra sua eficácia pelos efeitos de estilhaçamento, de fragmentação da identidade racial que ele produz: o desejo de embranquecer (de “limpar o sangue”, como se diz no Brasil) é internalizado, com a simultânea negação da própria raça, da própria cultura (Gonzáles, 2020, p. 119)

Por essa constatação que Lélia Gonzales (2020), defende a construção da categoria histórico-cultural *amefricanidade*, pois auxilia no entendimento de que a experiência das pessoas negras que tiveram uma diáspora forçada se diferenciou daquela vivenciada pelos africanos que



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

permaneceram no continente. Todas as questões que envolvem

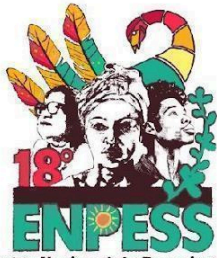
O esquecimento ativo de uma história pontuada pelo sofrimento, pela humilhação, pela exploração, pelo etnocídio aponta para uma perda de identidade própria, logo reafirmada alhures (o que é compreensível em face das pressões raciais no próprio país). Só que não se pode deixar de levar em conta a heroica resistência e a criatividade na luta contra a escravização, o extermínio, a exploração, a opressão e a humilhação. Justamente porque, enquanto descendentes de africanos, a herança africana sempre foi a grande fonte revificadora de nossas forças. (Gonzáles, 2020, p. 124)

Há que se considerar que mesmo com toda violência e anulamento, a resistência negra e indígena persistiu, como também aborda Clóvis Moura (2019) a partir da categoria quilombagem. Lélia Gonzáles traz algo que dialoga diretamente com nossas reflexões, pois, ao enfatizar que há um processo de troca, a resignificação do que é ser descendente de africano no continente americano cria algo novo, mas que se mantém vinculado com elementos ancestrais, pois

[...] enquanto amefricanos, temos nossas contribuições específicas para o mundo pan-africano. Assumindo nossa amefricanidade, podemos ultrapassar uma visão idealizada, imaginária ou mitificada da África e, ao mesmo tempo, voltar o nosso olhar para a realidade em que vivem todos os amefricanos do continente. (Gonzáles, 2020, p. 124)

É neste ponto que queremos problematizar de forma mais explícita a importância da identidade, que nada tem a ver com essencialismo ou identitarismo. Concordamos com Haider (2019) ao problematizar que a identidade pode ser entendida como uma estratégia burguesa para nos individualizar, justamente por ser um fenômeno real que “corresponde ao modo como o Estado nos divide em indivíduos, e ao modo como formamos nossa individualidade em resposta a uma ampla gama de relações sociais. [...]” (Haider, 2019, p. 35 – 36)

Por outro lado, como temos argumentado ao longo destas reflexões, o apagamento cultural, o embranquecimento e a tentativa de se forjar uma identidade nacional que desmonta as identidades africanas, indígenas e das classes subalternizadas também compõem um projeto de fragmentação e individualização. Sempre há identidade em jogo e, neste caso, é a identidade europeia e branca que se impõe. Essa estratégia operada pelo racismo e patriarcado fragiliza a construção de uma identidade racial e de gênero, o que, por



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Para se compreender a condição juvenil é preciso fazer a partir dos determinantes de classe social, raça/etnia e gênero. A cultura e o território que se vive, seja ele visto a partir do local e do regional, ou nas relações internacionais, também dizem muito do que é ser criança, jovem, adulto ou velho. O Sul global, que historicamente foi expropriado pelo Norte, continua a pagar um alto preço nas relações do capitalismo financeirizado e gestado por um Estado Neoliberal de cunho penal, que desmonta direitos e fortalece o controle socio-penal (Wacquant, 2013) ressignificando o racismo por meio encarceramento em massa e a guerra às drogas (Alexander, 2017). Essa sociabilidade predatória impetra o juvenicídio (Valenzuela, 2015; Rocha, 2020), categoria essa que utilizamos para entender a condição juvenil no Brasil, à medida que,

Falamos de uma sociedade que viola os direitos dos jovens, que os prende e os mata. [...] Falamos do juvenicídio, expressão que talvez soe como recente no Brasil. No entanto, quando olhamos para a indicação etimológica da palavra juvenicídio – do latim *juvene* [pessoas novas] + *excidium* [destruição] –, visualizamos que a forma destrutiva de se tratar os jovens é um fenômeno social que compõe a constituição das relações sociais brasileiras historicamente. Portanto, o juvenicídio, como expressão, talvez tenha um uso recente no país, mas, como realidade que atinge a vida de jovens negros e pobres, acompanha todos os momentos históricos brasileiros. Por isso, propomos [...] reflexões acerca do juvenicídio brasileiro a partir de seus elementos constituintes: racismo, guerra às drogas e encarceramento em massa. Tentamos, portanto, mostrar que esses elementos são alicerçados por dois extremos: as violações de direitos e a violência letal. (ROCHA, 2020a, p. 15)

Ou seja, o conjunto de violações de direitos – que agravam necessidades materiais urgentes e emergentes - compõe as relações sociais mediadas pela propriedade privada, demarcadas pela exploração predatória do modo de produção capitalista e determinada pelo racismo estrutural, atingindo frontalmente a realidade de jovens negros/as e pobres. Por outro lado, importa nos atermos que “é também a juventude, ou a condição juvenil, na sociedade moderna, alvo e fruto de tensões, conflitos e rearranjos, parte das lutas sociais para estabelecer o domínio de certos grupos sociais, seu projeto político e visão de mundo” (Groppo, 2017, p. 84).

E, nessa dinâmica, acreditamos que a luta contra o juvenicídio pode ganhar força a partir do envolvimento dos próprios jovens, quando realizada a partir das estratégias antirracistas. Cabe, portanto, aos educadores, profissionais que atuam com juventudes, gestores de políticas públicas, entre outros, incentivarem fluxos democráticos que possibilitem o protagonismo juvenil, entendido,

[...] enquanto modalidade de ação educativa, é a criação de espaços e condições capazes de possibilitar aos jovens envolver-se em atividades direcionadas à solução de problemas reais, atuando como fonte de iniciativa, liberdade e compromisso. [...] no campo da educação, o termo protagonismo juvenil designa a atuação dos jovens como personagem principal de uma iniciativa, atividade ou projeto voltado para a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

solução de problemas reais. O cerne do protagonismo, portanto, é a participação ativa e construtiva do jovem na vida da escola, da comunidade ou da sociedade mais ampla. [...] (Costa, 2001, p. 179)

Neste interim, as estratégias antirracistas se mostram no fortalecimento da identidade da *amefricanidade*, do engajamento coletivo, do letramento racial⁴, do ensino da história da africa, afrobrasileira e indígena nas escolas. Também cabe nessas reflexões as características dos movimentos juvenis contemporâneos, sobre isso, Sposito, Almeida e Corrochano (2020, p. 2) apontam que,

[...] nas três últimas décadas, responderam, de modo geral, a um duplo desafio: de um lado, superar certas ênfases dominantes nos estudos que vincularam os jovens aos problemas sociais (ABRAMO, 1997); de outro, investigar como novas formas de sociabilidade e percursos juvenis no interior de processos de mutação social indicavam a emergência de conflitos sociais nas sociedades complexas, os quais combinavam tanto lutas materiais contra a desigualdade como conflitos pós materiais, expressando a importância dos campos simbólicos e culturais (Melucci, 2001; Touraine, 2006 apud Sposito, Almeida, Corrochano, 2020, p. 2).

Ou seja, da mesma forma que a juventude é influenciada pela dinâmica sócio histórica, seus movimentos também o são. Vemos que é nessa sociedade impetrada por diferentes contradições que os jovens tendem a construir posicionamentos contestatórios que podem se materializar a partir da participação em movimentos sociais organizados ou em movimentos espontâneos os quais se mostram de diferentes maneiras, à exemplo dos coletivos antirracistas, de cursinho comunitário, das batalhas de Rap, do movimento estudantil, a organização contra violência estrutural, saraus culturais, entre outros.

Os jovens estão protagonizando novas formas de engajamento, as quais Weissböck e Silva (2018) consideram como “Novos Movimentos Sociais juvenis”, os quais também se apresentam a partir de “novas formas de participação não formais; a articulação entre os níveis micro e macro de participação; as temáticas identitárias (étnico-racial, de gênero, ecológica, cultural, etc.)” (Weissboch e Silva, 2018, p. 8). Destacam as reflexões abaixo:

Tal concepção valoriza sobretudo as novas formas de participação não-formalizada, a quebra da rigidez na divisão entre o público e o privado (publicizando e politizando questões outrora tratadas como tendo apenas “cunho privado”), a articulação entre os níveis micro e macro de participação, as temáticas identitárias (étnico-racial, de gênero, ecológica, cultural etc.) e a atuação cultural ou simbólica nas questões de poder e dominação presentes no cotidiano (tais como racismo, machismo, degradação ambiental etc.). Em geral, esta concepção destaca a informalidade ou a

⁴ O conceito de racial literacy foi criado pela socióloga americana France Winddance Twine em 2003 e a primeira tradução para o português é atribuída à psicóloga Lia Vainer Schucman. De acordo com Lia, o letramento racial está relacionado com a necessidade de desconstruir formas de pensar e agir que foram naturalizadas [...]. (Jokura, 2022)

baixa formalidade da participação e dos coletivos auto-organizados, a possibilidade de se formar redes (articulando o micro e o macro), a fluidez da participação e das próprias organizações e a participação em diversas questões e coletivos (a “militância múltipla”). (Groppo, 2016, p. 847-848 apud Weissboch e Silva, 2018, p. 8)

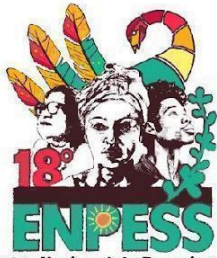
Além disso, trazem a questão das mídias sociais, demonstrando como para alguns se dá a influência na participação política dos jovens, destacando a seguinte síntese,

A literatura tradicional, que se concentra no comportamento participativo dos cidadãos, classifica as atividades de participação pelo menos em duas frentes. De um lado, as chamadas ações ‘convencionais’, como: participar de discussões políticas, votar, trabalhar em campanhas eleitorais, ser membro ativo de partidos políticos, candidatar-se, ocupar cargos públicos, entre outros (MILBRATH, 1965; VERBA e NIE, 1972). De outro, as ditas formas de engajamento contestatório, ou seja, as atividades participativas vinculadas à atuação nos movimentos de protesto, ou ‘formas não convencionais’ que envolvem exemplos como os boicotes, ocupações, abaixo-assinado, manifestações ou passeatas. (Oliveira et al., 2016, p. 190. Apud Weissboch e Silva, 2018, p. 11)

Ou seja, os movimentos sociais juvenis têm vivenciado diversas transformações, por isso, entendemos ser de essencial importância refletir como o modelo de controle social e popular estabelecido na constituição de 1988, pela via dos conselhos de direitos, tem implementado ações capazes de envolver os jovens como protagonistas. A execução de projeto de extensão “Juventudes, Direitos Humanos e Antirracismo: rumo ao observatório das juventude(s) de Londrina e região”, nos permitiu observar que essas novas expressões dos movimentos e coletivos juvenis brasileiros se expressam pela arte, pela cultura, por meio das batalhas de rima nos permitiu conhecer as ações de educadoras/es engajados, tal como, o protagonismo de jovens, que mesmo sem incentivo, prestígio ou recursos, estão realizando atividades imensamente importantes, à exemplo das Batalhas de Rima em Londrina e Região. O Jornal Folha de Londrina, em matéria de Barbara Juliana dos Santos (2023) explica que

Os duelos de improvisação alcançam cada vez mais espaço: atualmente, em todos os pontos cardeais, de domingo à sexta-feira, sete batalhas ocupam diferentes espaços públicos. As batalhas da Leste, do Hemp, do Cinco, do Café, do Galo, da Praça e da Concha são iniciativas independentes na região que, sem auxílio público ou privado, se mantêm pela vontade dos apoiadores em “fazer acontecer”.

Confirmando que a perspectiva coletiva de que “tudo que nós tem é nós” (Emicida), também se mostrou verdadeira mediante tantos desafios enfrentados pelos jovens. Ângela Davis (2018) destaca que ações para uma nova sociedade devem reconhecer as interconexões entre raça, classe, gênero e sexualidade, focando na tripla ameaça de racismo, sexismo e



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

imperialismo, pois para ela, o que mais importa é a “interseccionalidade de lutas” (Davis, 2018). Assim queremos chamar a atenção para possibilidades que giram entorno do protagonismo juvenil, que dentro de um movimento dialético promovido pela práxis antirracista e anticapitalista, pode se fortalecer com o resgate de identidades ao mesmo tempo em que pode multiplicá-las gerando processos de resistências contemporâneas, as quais são instrumentos essenciais para a luta coletiva. Assim os jovens podem resgatar a identidade que nos foi roubada e trazendo novos significados.

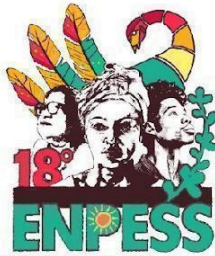
4. CONSIDERAÇÕES POSSÍVEIS ATÉ O MOMENTO

Se “nem o passado foi honrado [...] futuro foi vendido” (Imperador Sem Teto) e se “sem identidade somos objetos da história” (Emicida), precisamos acreditar que “nas mãos entrelaçadas de ambos [velho e jovem], o velho tempo funde-se ao novo, e as falas silenciadas explodem” (Conceição Evaristo). Essa foi a principal reflexão que buscamos com esse artigo, pois, identidade não define tudo, mas também não é nada. Identidade solapada como fruto da colonialidade, em prol da perpetuação de poderes assentados no racismo e no patriarcado. Também podemos observar que o apagamento das identidades se mantém no modo de produção capitalista por meio da imposição ideológica, que tem como fim desmontar qualquer identidade coletiva de resistência, seja ela de classe, étnico-racial ou de gênero.

Ou seja, a identidade nos foi roubada e substituída por uma cultura que nos fragmenta e nos domina, atacando a consciência coletiva em suas diferentes frentes. Como apontamos, as consideramos que trouxemos aqui são parte do resultado de uma pesquisa que impulsiona outra. A justificativa apresentada auxiliou no delineamento do objeto de estudo, definindo como objetivo geral conhecer as particularidades e singularidades das condições juvenis e construção das identidades a partir das vivências de jovens angolanos, brasileiros e moçambicanos. Sem deixar de lado os elementos ideológicos e conservadores que também formam identidades, atingindo os jovens por meio da indústria cultural e mercadológica que favorece o acúmulo de capital.

A pesquisa ainda tem muito que caminhar, no entanto, o exercício da escrita deste artigo nos possibilitou o enlace entre estudos teóricos iniciais e a questão das juventudes(s). Tudo isso para colocar o jovem negro como destaque, o jovem que está submetido a imensas violações de direitos e a política de extermínio forjada pela necropolítica do Estado neoliberal de cunho penal. Importa observarmos o quanto o racismo e o embranquecimento do corpo e cultura é deletério para a construção da ideia que os jovens negros têm de si, da sua família, da sua comunidade.

Por outro lado, apostamos em expressões juvenis que estão fazendo o caminho de volta,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

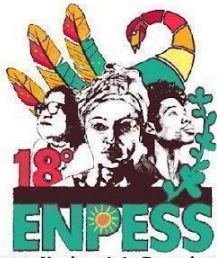
10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

jovens que estão resgatando a identidade roubada, que estão cantando, recitando poemas, escrevendo textos e, principalmente, fazendo história antirracista. Jovens esses que também estão reivindicando o futuro vendido, por meio da luta por direitos humanos e proteção social, na contramão da lógica do juvenicídio que precariza suas vidas e extermina os jovens negros e pobres. Por tudo isso, a mera identidade não se resume a si mesma, mas deve ser combustível para luta coletiva rumo mudanças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALEXANDER, Michelle. A nova segregação: racismo e encarceramento em massa. Tradução de Pedro Davoglio. São Paulo: Boitempo, 2017.
- BIZA, Adriano Mateus. Jovens e Associações em Moçambique: motivações e dinâmicas actuais Saúde Soc. São Paulo, v.18, n.3, p.382-394, 2009
- CHAUÍ, Marilena. Brasil. Mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- COSTA, Antonio Carlos Gomes da. A presença da Pedagogia: teoria e prática da ação sócio-educativa. 2ª Ed. São Paulo: Global: Instituto Ayrton Sena, 2001
- FANON, Frantz. Os condenados da terra. Juiz de Fora: UFJF, 2005.
- DAVIS, Angela. A liberdade é uma luta constante. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2018.
- GONZÁLES, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: RIOS, Flávia. LIMA, Marcia. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- GOHN, Maria da Glória. Teoria sobre os movimentos sociais. 6ª. Ed. Edições Loyola: São Paulo, 1997.
- GROPPO, Luís Antônio. Introdução à Sociologia da Juventude. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.
- GROSGUÉL, Ramón. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGUÉL, Ramón (org.). Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 55-77.
- HAIDER, Asad. Armadilha da Identidade: raça e classe nos dias de hoje. São Paulo: Veneta,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

2019

HALL, Stuart. A Identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: Lamparina, 2020.

HALL, Stuart. Da Diáspora: Identidade e Mediações Culturais. Organização Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guardia Resende [et al.]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003

JAMES, Cyril Lionel Robert. Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos. São Paulo: Boitempo, 2010.

JOKURA, Tiago. O que é letramento racial? Netzero. 2022. Disponível em:
<https://netzero.projetodraft.com/o-que-e-letramento-racial/> . Acesso em: 05/01/2023.

MARX, Karl. Sobre a questão judaica. São Paulo : Boitempo, 2010.

MBEMBE, Achille. A crítica da razão negra. 1ª. ed. Lisboa: Antígona Editores Refratários, 2014

MOURA, Clóvis. Sociologia do negro brasileiro. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

NASCIMENTO, Abdias. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

OYĒWÙMÍ, Oyèrónké. A invenção das Mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021

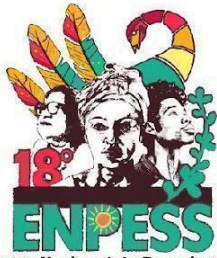
QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-126.

ROCHA, Andréa Pires. Direitos Humanos e a Perversa Convivência com o racismo: algumas reflexões para o Serviço Social. In: EURICO, Márcia Campos; PASSOS, Raquel Gouveia; ALMEIDA, Magali da Silva; MARTINS, Tereza Cristina Santos. Questão Racial, Serviço Social e os desafios Contemporâneos. Campinas: Papel Social, 2021

ROCHA, Andréa Pires. Direitos humanos e os determinantes da colonialidade: racismo, colonialismo e capitalismo. *Serviço Social Em Debate*, 4(1). 2021

ROCHA, Andréa Pires. Segurança e racismo como pilares sustentadores do Estado burguês. ARGUMENTUM (VITÓRIA)., v.12, p.10 - 25, 2020a.

ROCHA, Andréa Pires. O Juvenicídio brasileiro: racismo, guerra às drogas e prisões. Londrina/PR: EDUEL, 2020b



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

SANTOS, Barbara Juliana dos. Circuito de batalhas de rima, onde roa o rap em Londrina.
<https://www.folhadelondrina.com.br/folha-2/circuito-de-batalhas-de-rima-onde-rola-o-rap-em-londrina-3221088e.html?d=1>

SAVAGE, Jon. A criação da juventude: como o conceito de *teenage* revolucionou o século XX.
Trad. Talita M. Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 2009

SPOSITO, Marília Pontes; ALMEIDA, Elmir de ; CORROCHANO, Maria Carla. Jovens em movimento: mapas plurais, conexões e tendências na configuração das práticas. Dossiê: Movimentos Sociais e Transformações do Ativismo Contemporâneo • Educ. Soc. 41 • 2020

VALENZUELA, José Manuel Arce. Trazos de sangre y fuego: bionecropolítica y juvenicidio em América Latina. Costa Rica: Editorial, UCR, 2019.

WACQUANT, Loïc. Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

ZORZI, Analisa; KIELING, Francisco dos Santos; WEISHEIMER, Nilson; FACHINETTO, Rochele Feline. Sociologia da Juventude. Curitiba: Intersaberes, 2013.

WEISSBÖCK, Lara Pires; SILVA, Márcia da. **Os movimentos sociais juvenis: o que se passa na América Latina?**. Anais do XV Coloquio Internacional de Geocrítica Las ciencias sociales y la edificación de una sociedad post-capitalista Barcelona, 7-12 de mayo de 2018